

Editorial: Economia Digital, Desafios Laborais e Governança Econômica em Perspectiva

Fabio Vinicius de Macedo Bergamo^{1 2} 

¹ Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vit. da Conquista – Bahia – Brasil

² Departamento de Educação à Distância – Centro Universitário Adventista de São Paulo – Eng. Coelho – São Paulo – Brasil

Citação deste Artigo (ABNT)

BERGAMO, Fabio V. M. Editorial: Economia Digital, Desafios Laborais e Governança Econômica em Perspectiva *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*. v.22, n.1, 1-5, 2025.

Autor para Correspondência

Fabio Vinicius de M. Bergamo
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
Estr. Bem Querer, Km 4. Caixa Postal 95, CEP: 45.031-900
Vitória da Conquista – BA.
fabio.bergamo@uesb.edu.br



Copyright: © 2025 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.
This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

Resumo

Este editorial traça um panorama das tensões e oportunidades na interseção entre economia digital, direitos laborais e governança econômica. Inicia-se refletindo sobre o novo precariado digital, marcado por algoritmos de gestão, contratos flexíveis e desafios a direitos fundamentais, ao passo que destaca inovações em modelos de negócio e estratégias de marketing relacional. Na sequência, articula-se o papel das instituições e das políticas públicas, de garantias de preço na cesta básica ao nível de transparência contábil e ao legado do crescimento autoritário, no fomento à equidade, à confiança e à sustentabilidade. Ao longo do texto, são introduzidas as contribuições deste novo número, cujos estudos de caso, análises estatísticas e revisões teóricas ilustram essas dinâmicas em múltiplos contextos. Apontam-se caminhos para pesquisas comparativas sobre regulação de plataformas, avaliação de mecanismos de prestação de contas e adoção de práticas de economia circular, convidando acadêmicos e gestores a colaborarem na construção de um desenvolvimento mais justo e eficiente.

Palavras-Chave: economia digital; políticas econômicas; editorial.

Abstract

This editorial offers a comprehensive overview of the tensions and opportunities at the intersection of the digital economy, labor rights, and economic governance. It begins by reflecting on the emergence of a new digital precariat, characterized by algorithmic management, flexible contracts, and challenges to fundamental rights, while also highlighting innovations in business models and relational marketing strategies. It then examines the role of institutions and public policies, from minimum-price guarantees for basic-goods baskets to levels of financial disclosure and the legacy of authoritarian growth, in promoting equity, trust, and sustainability. Throughout the text, the contributions in this issue are introduced: case studies, statistical analyses, and theoretical reviews that illustrate these dynamics across multiple contexts. The conclusion identifies future research avenues in comparative platform regulation, assessment of accountability mechanisms, and adoption of circular-economy practices, inviting scholars and practitioners to collaborate in building a more just and efficient form of development.

Keywords: digital economy; economic politics; editorial.

A rápida expansão da economia digital vem transformando profundamente as estruturas tradicionais de emprego, ao combinar tecnologias de plataforma, algoritmos de gestão e modelos de trabalho flexível. Estudos recentes apontam que tais transformações não apenas ampliam oportunidades de renda, mas também reconfiguram a relação entre capital e trabalho, reduzindo a participação da remuneração salarial na renda nacional e acentuando disparidades regionais e de gênero (Pilatti; Pinheiro; Montini, 2024; Richiardi *et al.*, 2025).

Embora a flexibilidade percebida pelos trabalhadores digitais aumente sua disposição para empregos não convencionais, as condições de trabalho nesses ambientes frequentemente se revelam precárias, caracterizadas por insegurança de renda, falta de benefícios e isolamento social (Carnegie, 2022; Pathiranage, 2024). Algoritmos de gestão, contratos de prestação de serviço e a invisibilidade jurídica do *gig worker* resultam em desafios complexos para direitos fundamentais, modelos de negócio e estratégias de engajamento do consumidor, ao mesmo tempo que tensionam legisladores e governos numa nova perspectiva de relações de negócio.

No Brasil, a adoção massiva de aplicativos de transporte e entrega trouxe à tona questões centrais sobre o papel do governo, direitos fundamentais, contratos digitais e responsabilidade corporativa. Embora a flexibilidade aparente possa atrair perfis diversos, como mães solo e profissionais em busca de complementação de renda, a falta de regulamentação específica gera disparidades de gênero e raça, uma vez que mulheres e grupos marginalizados apresentam maior probabilidade de aceitar condições mais precárias.

Ao mesmo tempo, o marketing digital e os modelos de negócios baseados em dados de comportamento estão transformando as estratégias de engajamento do consumidor. Novas arquiteturas de valor exploram a personalização em tempo real, mas também ampliam preocupações com privacidade e apropriação de imagem.

Neste contexto multifacetado de tensões e oportunidades, esta edição de *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, através de nove artigos originais, debate desafios das relações laborais na era digital, bem como as implicações das políticas econômicas e de governança para o

desenvolvimento sustentável. No primeiro bloco, esta edição focou nas dinâmicas de precarização e direitos dos trabalhadores de plataformas; na segunda parte, foram analisados como instrumentos de política pública e práticas de transparência afetam preços, renda e confiança em instituições. O leitor é convidado a refletir, desde a condição concreta do *gig worker* até as bases institucionais que moldam nossa economia, delineando caminhos para pesquisa e ação futura.

Economia Digital e Suas Nuances

A atual dinâmica das plataformas digitais tem colocado o controle sobre o trabalho nas mãos de algoritmos que definem rotas, avaliações e remunerações em tempo real, deslocando poder dos gestores humanos para sistemas automatizados. Duggan *et al.* (2020) delineiam como esses algoritmos reforçam práticas de vigilância e avaliam desempenho a partir de métricas opacas, reduzindo a autonomia efetiva dos trabalhadores.

Esse padrão tecnossocial também amplifica desigualdades já existentes: estudos recentes indicam que, em consequência de vieses de design e políticas de avaliação algorítmica, mulheres, negros e trabalhadores de baixa escolaridade mantêm rendimentos mais baixos e menor poder de negociação em plataformas de entrega e transporte (Duggan; Jooss, 2023). Além disso, conflitos entre flexibilidade e precarização se refletem em jornadas fragmentadas e ausência de garantias mínimas, configurando um novo precariado digital cujo reconhecimento legal como categoria de trabalho ainda é incipiente em muitas jurisdições.

Em paralelo, o marketing digital explora massivamente dados de comportamento para personalizar ofertas e reforçar engajamento, deslocando a criação de valor para arquiteturas digitais que se alimentam de informações sensíveis de usuários e trabalhadores. Ou seja: um mundo onde ainda se necessita uma melhor compreensão de diversos aspectos.

É neste cenário que a primeira parte deste número apresenta cinco artigos. O primeiro proposto por Kainê L. A. Ferreira e colaboradores mostra um mapeamento de violações ao direito de imagem de profissionais em plataformas digitais por parte de empregadores, evidenciando lacunas contratuais e propondo diretrizes regulatórias que

garantam consentimento informado e compensação justa.

Raíssa C. Castro e colegas, no artigo “Uberização e precarização do trabalho: uma análise para o estado da Bahia”, utilizam microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua – 2017-2022), disponibilizada pela Instituto Nacional de Geografia e Estatística, para demonstrar como fatores demográficos (gênero, escolaridade, raça) influenciam renda e insegurança laboral em serviços de aplicativo na Bahia, apontando agravamento da precarização após 2019, no cenário conhecido como Uberização e que vem sendo profundamente discutido nos meios jurídico, governamental e corporativo.

Em “As mulheres são mais propensas a apoiar os trabalhadores de aplicativos? Uma análise probabilística com base nas percepções dos brasileiros”, Maria Teodora Rocha Maia do Amaral aplica regressão logística em *survey* com mais de 2.000 brasileiros, revelando que o gênero feminino aumenta significativamente o apoio a benefícios trabalhistas (férias remuneradas e 13º salário), mas não altera percepções sobre autonomia algorítmica.

Ainda neste cenário, Adriana S. de Queiroz e colegas no artigo “Vieses nas decisões de aposentadoria dos profissionais do mercado financeiro” mostram os resultados de aplicação de um *survey* que analisou os efeitos de vieses cognitivos (certeza, reflexão, desconto hiperbólico) em operadores financeiros, destacando diferenças significativas por idade e gênero.

Por fim, Yasmin Oliveira de Almeida Lopes e Luciana Alves Rodas Vera conduzem estudo de casos com agências de Salvador-BA, estruturando um modelo de negócio baseado nas nove dimensões do Business Model Canvas, destacando propostas de valor inovadoras e parcerias-chave como itens relevantes dentro do modelo. Um indicador que se torna muito importante para agências neste novo contexto de negócios digitais.

Política e Governança Econômica

A transição para uma economia cada vez mais digital evidenciou, de forma contundente, o papel das instituições na mediação dos impactos das novas tecnologias sobre o crescimento e a equidade. Muito além de meros veículos de inovação, as plataformas digitais se apoiam em

regramentos — formais e informais — que definem quem ganha e quem perde nas cadeias de valor globais. Como demonstram Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), as diferenças históricas na qualidade das instituições explicam em grande medida as disparidades de renda observadas hoje entre países, uma vez que estruturas extrativas tendem a persistir e a ampliar desigualdades.

Esse entendimento ganha reforço na análise de Rodrik, Subramanian e Trebbi (2004), que mostram que, quando se controla pelas instituições, fatores como geografia e integração comercial perdem quase todo o poder explicativo sobre o nível de renda per capita. Para esses autores, *institutions rule*: são elas que criam o ambiente propício (ou não) para investimentos, inovação e distribuição de benefícios econômicos, independentemente de localização geográfica ou abertura ao comércio.

Entretanto, a simples existência de boas regras formais não basta: é fundamental que o Estado disponha de capacidade técnica e fiscal para torná-las efetivas. Nesse ponto, Besley e Persson (2009) argumentam que o nível de investimento passado em instituições legais e administrativas (a capacidade de Estado) condiciona diretamente as escolhas de política em regulamentação e tributação. Sem essa base, mesmo as melhores leis podem ficar no papel, dificultando regulação de mercados emergentes, como o das plataformas digitais, e comprometendo a governança econômica como um todo.

O presente número dos *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas* traz quatro artigos nesta segunda parte que, através de dados secundários e históricos, analisam o papel das políticas econômicas neste novo cenário. O primeiro deles é o de Delza R. Carvalho e Maíra F. Oliveira Silva, que aplicaram análise de séries temporais (2020–2023) para avaliar como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o crédito rural e a carga tributária impactaram os preços de produtos da cesta básica, utilizando o município de Vitória da Conquista como *locus*. A importante conclusão é de que a PGPM reduziu picos de até 15% durante períodos críticos.

Em seguida, Daniel Strauss e Guilherme N. Pires revisitam teorias de crescimento (neoclássica, de Sen, marxista e Bresser-Pereira) para discutir o Milagre Econômico Brasileiro (1964–85) evidenciando um modelo de alto PIB com exclusão

social e baixa redistribuição de renda. O título do estudo dá a real dimensão político-econômica do período estudado: “Desenvolvimento econômico e ditadura: uma análise dos determinantes para qualificar a Ditadura Militar brasileira”.

Em “Divulgação das provisões e passivos contingentes nos estados brasileiros e Distrito Federal entre os anos de 2011 e 2018”, João V. S. Almeida, Tamara T. Oliveira e Luiza F. T. França utilizam um *checklist* de *disclosure* contábil e análises descritivas, mostrando que tal divulgação média cresceu de 35% para 58%, mas ainda está abaixo de padrões internacionais, um indicador por muitas vezes esquecido e que necessita ser mais bem considerado.

Ao final desta parte desta edição, apresenta-se o artigo “Bioeconomia e setor florestal no Brasil: uma análise comparativa entre os anos censitários de 2006 e 2017”. Este artigo, escrito por Camila C. S. Silva e Maíra F. Oliveira Silva, realiza uma comparação censitária (2006 vs. 2017) e análise técnico-científica para identificar potenciais econômicos de resíduos florestais (serrapilheira) em bioprodutos, oferecendo insights para políticas de sustentabilidade. Importante ressaltar que este trabalho foi convidado a este número por ocasião de sua premiação na Semana de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o que deixa a editoria deste periódico satisfeita por promover a interação com a Iniciação Científica.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

A economia digital e as estruturas institucionais analisadas ao longo deste número demonstram a intrincada interdependência entre o cotidiano dos trabalhadores e as bases políticas que sustentam mercados e regulações. Enquanto as plataformas digitais têm potencializado novas formas de engajamento e criação de valor, elas também expõem fragilidades em direitos trabalhistas, governança de dados e mecanismos de proteção social. Ao articular estudos qualitativos sobre direito à imagem, análises quantitativas de precarização e modelos de negócio inovadores, esta edição revela a amplitude das transformações em curso e convida a reflexão sobre como equilibrar inovação tecnológica com responsabilidade social.

No âmbito macroeconômico, os artigos referentes a políticas de preços mínimos, regimes históricos de desenvolvimento, vieses cognitivos em decisões financeiras e *disclosure* público, juntamente com um exame de bioeconomia e sustentabilidade florestal, evidenciam como diferentes instrumentos de governança podem reforçar ou mitigar desigualdades. Os trabalhos enfatizam a importância não apenas de formulações teóricas de instituições inclusivas, mas, sobretudo, da capacidade efetiva do Estado e dos agentes privados em implementar normas, monitorar resultados e ajustar estratégias diante de choques econômicos e sociais.

Espera-se que, com esta edição dos *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, pesquisadores tenham um ponto de partida para debates interdisciplinares e inspirem colaborações entre academia, setor privado e poder público, rumo a um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, em uma sociedade onde ainda estamos a aprender constantemente sobre suas nuances. Que todos os leitores se sintam convidados a esta empreitada!

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369–1401, dez. 2001.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. The origins of state capacity: Property rights, taxation, and politics. **American Economic Review**, v. 99, n. 4, p. 1218–1244, set. 2009.

CARNEGIE, Megan. Gig Workers Are Getting Crushed by the Review Mill. **Wired**, [S.l.], 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.wired.com/story/gig-workers-algorithm-downranked>. Acesso em: 8 jun. 2025.

DUGGAN, James; JOOSS, Stefan. Gig Work, Algorithmic Technologies, and the Uncertain Future of Work. In: LYNN, Tim; ROSATI, Paolo; CONWAY, Eoin; VAN DER WERFF, Linda (eds.). **The Future of Work**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 53–66.

DUGGAN, James; SHERMAN, Ultan; CARBERY, Ronan; McDONNELL, Anthony. Algorithmic management and app-work in the gig economy: A research agenda for employment relations and HRM. **Human Resource Management Journal**, v. 31, n. 4, p. 839–852, 2021.

PATHIRANAGE, H. Sameera; Precarious employment in the gig economy: understanding the roles of the employed poor.

Open Journal of Business and Management, v. 12, p. 2289–2311, 2024.

PILATTI, Gustavo R.; PINHEIRO, Flavio L.; MONTINI, Alessandra A. Systematic Literature Review on Gig Economy: Power Dynamics, Worker Autonomy, and the Role of Social Networks. **Administrative Sciences**, Basel, v. 14, n. 10, p. 267, 2024.

RICHIARDI, Matteo Guido; WESTHOFF, Leonie; ASTARITA, Caterina; ERNST, Ekkehard; FENWICK, Clare; KHABIRPOUR, Neysan; PELIZZARI, Lorenzo. The impact of a decade of digital transformation on employment, wages, and inequality in the EU: a “conveyor belt” hypothesis. **Socio-Economic Review**, ahead of print, 2025.

RODRIG, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind; TREBBI, Fabrizio. Institutions rule: The primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of Economic Growth**, v. 9, n. 2, p. 131–165, jun. 2004.

Prof. Dr. Fabio Vinicius de Macedo Bergamo é doutor e mestre em administração. Leciona disciplinas na área de comunicação e pesquisa científica no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas na UESB. Também é coordenador do Observatório de Marketing da UESB, laboratório onde desenvolve pesquisas sobre Marketing e Decolonização.

Além disso, é professor dos cursos da área de gestão do Centro Universitário Adventista de São Paulo, onde também coordena o GESTAR – Grupo de Pesquisa em Tecnologias Emergentes para Administração e Responsabilidade Corporativa.

Dr. Bergamo é um dos editores-chefes dos Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5228-2519>